

Projeto de Sarney exclui pagamento da dívida

Aylê-Salassié

O presidente José Sarney vai evitar, a todo custo, até o final de seu mandato remeter para o exterior, a título de pagamento de serviços ou amortização da dívida, quaisquer recursos que ingressarem no País. Até as remesas de lucro do capital estrangeiro instalado aqui terão incentivos indiretos e ágeis para serem absorvidas internamente. Sarney pretende transferir, como tentou o general João Baptista Figueiredo, qualquer pagamento externo para os futuros governos.

Essa confidência foi feita ontem pela assessoria do Presidente, logo após a entrega a Sarney, pelo ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, da proposta de uma nova política industrial para o Brasil. O Presidente optou por um tipo de «desenvolvimentismo» similar ao de Juscelino Kubitschek, e, para isso não pretende abrir mão de um centavo sequer, seja nacional ou estrangeiro, que possa destinar ao financiamento de seu programa de governo, revelou o ministro Castelo Branco, admitindo que o capital internacional terá um papel relevante nesse projeto.

Assim, a nova estratégia brasileira de negociação da dívida, já

discutida entre o presidente Sarney e o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, na última sexta-feira, não privilegia uma solução para a dívida, mas alternativas para a concretização do projeto de crescimento econômico de Sarney.

Conhecidos os limites e as dificuldades de entendimento com os credores e depois de sustentar, com grande ônus, por quase um ano, a moratória brasileira, o presidente Sarney entende que as possibilidades para a realização de seu projeto de desenvolvimento econômico e social estão abertas.

Desta maneira, a nova estratégia brasileira para a negociação deverá incluir, obrigatoriamente, a prorrogação dos prazos carência e amortização da dívida; tomar dinheiro novo, seja para financiar projetos de desenvolvimento ou sob a forma de capitalização de juros. Nesse caso, Sarney pretende levantar Cz\$ 10,2 bilhões, e não mais Cz\$ 7,4 bilhões, de tal forma que seu governo fique livre da obrigação de realizar qualquer pagamento de juros nos próximos três anos. A conversão da dívida em capital de risco interno terá facilidades.

Essa estratégia está sendo montada como uma resposta às pressões, tanto da área política quanto

econômica a nível nacional ou internacional, aqueles que têm incessantemente cobrado do Presidente uma «atitude mais firme e mais clara» para a viabilização de um projeto de governo.

O quadro levou o Presidente à convicção que deve priorizar seu projeto de desenvolvimento econômico, independentemente da interferência de quaisquer variáveis internas ou externas, motivo porque obrigou, praticamente, o ministro Aníbal Teixeira, da Secretaria de Planejamento, a apressar a apresentação do Plano de Ação Governamental, e ao ministro José Hugo Castelo Branco, — demissionário — a entregar-lhe logo seu Plano de Política Industrial. Essas são, de fato, a partir de agora, as prioridades do Governo. Ao Plano de Controle Macroeconômico do ministro Bresser cabe a administração desses gastos, sem entretanto, impedir que os investimentos se realizem.

Portanto, o credor que pretender receber algum pagamento do Brasil deve esperar o próximo Governo, porque todos os recursos disponíveis estão comprometidos como o projeto de crescimento de Sarney, que deseja taxas de expansão do PIB de, no mínimo, 7% ao ano.